

A hora e a vez da democracia

Neste módulo estamos falando de uma história que todos nós vivemos. Uma história que, de certa forma, ainda está em construção. Refletir sobre o tempo presente, sobre uma história da qual todos nós participamos, é uma ótima oportunidade para entender melhor o nosso país e o mundo em que vivemos.



Com a revogação do Ato Institucional nº 5, no final do governo Geisel, a sociedade passava a ter mais liberdade e crescia a organização política e a mobilização. Nesta aula estudaremos o processo de redemocratização, também chamado de **abertura política**, e a transição do governo militar para o governo civil. Vamos focar a participação popular em duas campanhas memoráveis: a da *Anistia* e a das *Diretas Já*.

A pergunta que fica no ar é: quem redemocratizou o país foi o governo ou o povo? Boa leitura!

A abertura política

Quando se fala em **abertura política** faz-se referência ao conjunto das medidas governamentais e, também, à crescente participação da sociedade, que permitiu a passagem do regime militar para o regime democrático.

A volta ao regime democrático foi conseguida de forma lenta e gradual, tendo havido sempre uma tendência natural do regime militar em procurar prolongar o controle do Estado. Paralelamente, ocorreu a natural pressa da sociedade civil em retomar o governo, pela participação política e eleitoral.

Quando assumiu a Presidência da República, João Batista Figueiredo comprometeu-se com o processo de redemocratização, ao dizer: *“Reafirmo meu inabalável propósito (...) de fazer deste país um democracia”*. E afirmou, de forma enfática e pitoresca, que mandaria “prender e arrebentar” quem fosse contra a abertura política.

A crise do “milagre” econômico gerou consciência e mobilização popular, expressas pelo comportamento do eleitorado – que votou quase maciçamente

Apresentação
do Módulo 10

Nesta aula

nos candidatos da oposição nas eleições realizadas em 1974, 1978 e 1982 – e pelo ressurgimento dos movimentos de massa, a exemplo de passeatas, concentrações, abaixo-assinados e greves.



A União Nacional dos Estudantes – UNE, fechada pelo governo, reapareceu em 1979.

As entidades de classe reapareceram no cenário político: os sindicatos, as associações de professores e de estudantes. A União Nacional dos Estudantes – UNE foi recriada em 1979, e os debates políticos ressurgiram nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

O parque industrial moderno gerou também um sindicalismo moderno e atuante que, em 1978 e 1979, mobilizou os trabalhadores contra o arrocho salarial, as más condições de trabalho, a inflação e a carestia, resultando na criação do Partido dos Trabalhadores – PT.

As greves que tiveram início nos centros industriais mais importantes, como o ABC paulista, ampliaram-se até os setores de prestação de serviços, como o professorado e o funcionalismo públicos. Tais greves constituíram-se na mais importante forma de contestação do regime e de conscientização das classes trabalhadoras, que passaram a entender mais de economia e de política, e a reivindicar os seus direitos de modo organizado e pacífico.

De forma pioneira, e apesar da reação de setores do governo, os metalúrgicos conseguiram negociar diretamente com os empregadores um aumento salarial de 63%, contrariando a norma da política salarial da época, que atribuía exclusivamente ao governo federal a competência de fixar a política salarial.

A mobilização crescente dos trabalhadores contribuiu não só para a modernização política, como também para as relações de produção. Os trabalhadores passaram a dialogar com os patrões por intermédio das Comissões de Fábricas, e das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAs, o que contribuiu para o aumento da produtividade e para a diminuição dos acidentes de trabalho e dos índices de poluição.

Com seus setores progressistas, a Igreja Católica também participou desse processo de desenvolvimento social. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra, que estimulou a formação das Comunidades Eclesiais de Base. Seu objetivo era ler o Evangelho a partir da vida; e a vida, a partir do Evangelho. Isso levou à discussão de problemas sentidos pelos trabalhadores, pelos pobres e pelos excluídos. Essas Comunidades passaram a dar voz aos que não tinham voz; a democratizar a discussão dos problemas e a desenvolver lideranças.

A campanha da Anistia



Desde os primeiros dias do regime militar em 1964, já se pedia **anistia**. E durante todos os anos seguintes, essa reivindicação surgiu numerosas vezes. Diversos projetos foram apresentados no Congresso, e muitos comitês e organizações populares mobilizaram-se pela anistia, principalmente no exterior.

Em 1978, a mobilização popular e a pressão da política por direitos humanos do presidente norte-americano Jimmy Carter fizeram o governo brasileiro se decidir por um **projeto de anistia parcial**, para evitar confrontos diretos com a chamada linha dura do regime.

O senador da oposição Teotônio Vilela viajou pelo país, visitando presos políticos e pregando a ampliação do projeto que recebeu muitas emendas que não foram aprovadas.

Desse modo, os guerrilheiros foram excluídos da anistia, e não foram reconhecidos os direitos daqueles que perderam cargos e patentes por motivos políticos. A anistia também beneficiava policiais e militares que haviam cometido violências contra presos políticos.

No dia 28 de agosto de 1979, com as galerias do Congresso tomadas pelo público, aprovou-se a anistia, que permitiu a retomada das atividades políticas de diversas lideranças cassadas e o retorno ao país de líderes oposicionistas representativos, como Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes.

***Com a abertura,
tornou-se possível
até fazer
caricaturas como
esta, que mostra
os deputados
Ulisses Guimarães
e Francelino
Pereira em luta.***

A campanha das **Diretas Já**

Em 1980, o regime militar restabeleceu as **eleições diretas para governadores de estado**. Realizadas as eleições, em 1982, partidos políticos de oposição venceram as eleições nos estados de São Paulo (PMDB) e Rio de Janeiro (PDT).

Por causa dessas duas vitórias e da participação eleitoral crescente, a possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República tornava-se uma possibilidade real e concreta. Em 1983, iniciou-se a campanha pelas eleições diretas chamada de **Diretas Já**. Essa campanha permitiu que se reunisse um número significativo de lideranças políticas, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Leonel Brizola e Lula, em torno de uma mesma proposta política.

O deputado Dante de Oliveira apresentou, então, uma emenda constitucional que restabelecia as **eleições diretas para presidente e vice-presidente da República** já em 1985. A emenda deveria ser votada no dia 25 de abril de 1984.

Grandes concentrações populares serviram para divulgar em todo o país a reivindicação das **Diretas Já**. O povo saiu às ruas vestido de amarelo, a cor da campanha, com camisetas, adesivos e bandeiras. Foram organizados os “panelaços” e “buzinaços”, que eram convocações para que todos fizessem o maior barulho possível, batendo panelas, tocando a buzina dos carros, soltando rojões, gritando “Diretas Já”.

Numerosas manifestações públicas transcorriam na mais perfeita ordem e terminavam com o Hino Nacional, cantado por todos de mãos dadas e erguidas, o que demonstrava a união do povo. Num clima de grande emoção, chegou-se às gigantescas manifestações de mais de um milhão de pessoas, como as ocorridas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Alguns setores do governo, que temiam ser derrotados na sucessão de Figueiredo por voto direto, usaram de artifícios até violentos para impedir a aprovação das eleições diretas. Às vésperas da votação pelo Congresso Nacional foram decretadas medidas de emergência que tentavam reprimir manifestações populares (sob o comando do general Newton Cruz), impunham a censura a todas as notícias procedentes de Brasília e proibiam o televisionamento da sessão do Congresso.

Nesse clima, a emenda Dante de Oliveira não obteve os votos necessários para sua aprovação.

A luta continua – A eleição de Tancredo Neves

Foi nesse momento que as lideranças oposicionistas perceberam que, mantendo-se a pressão popular da campanha pelas **Diretas Já**, o próprio sistema eleitoral vigente no regime militar poderia servir de caminho para a eleição de um presidente da República de oposição.

O PDS apresentou como candidato Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, enquanto o PMDB lançou a candidatura do governador de Minas Gerais Tancredos Neves, que viria a concorrer como candidato da **Aliança Democrática** – aliança de partidos formada pelo PMDB e pelo recém-criado Partido da Frente-Liberal (PFL), nascido de forte dissidência nas fileiras do PDS.

O Colégio Eleitoral – constituído pelos membros do Congresso Nacional e representantes das Assembléias Estaduais – por 480 votos, num total de 686 membros, elegeu o candidato da Aliança Democrática em 15 de janeiro de 1985.

A vitória de Tancredo Neves encerrou o ciclo de governo militares no Brasil de forma pacífica, ao contrário do acontecido em outros países (por exemplo, na Argentina e em Portugal), nos quais a transição do autoritarismo para a democracia processou-se de forma violenta e traumática.

Com a morte do presidente eleito Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, o vice-presidente eleito José Sarney assumiu a Presidência, iniciando o período denominado **Nova República**.



A posse do vice-presidente José Sarney transcorreu em absoluta normalidade, confirmando o desejo popular de restabelecimento pleno da democracia.

No entanto, durante o governo Sarney, o povo brasileiro teve de enfrentar duras provas: a inflação atingiu níveis insuportáveis, trazendo a recessão, o desemprego e a fome.

O tempo
não pára

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário e no vocabulário da Unidade.

1. Releia **A abertura política** e faça o que se pede.
 - a) Descreva o movimento sindical na época da abertura;
 - b) Como as Comunidades Eclesiais de Base contribuíram para o desenvolvimento social?
2. Releia **Campanha da Anistia** e responda quais as características da anistia concedida pelo governo, em 1979?
3. Releia **A campanha das Diretas Já** e responda como foi a mobilização da sociedade pelas eleições diretas para presidente?
4. Releia **A luta continua – a eleição de Tancredo Neves** e responda: a rejeição, pelo Congresso, da emenda Dante de Oliveira significou o fim da campanha pelas eleições diretas?
5. Dê um novo título a esta aula.


Exercícios

Fazendo a História

“Frustrou-se a esperança de milhões. Uma compacta minoria de maus parlamentares disse não à vontade que seu próprio povo soube expressar com transparência, firmeza e ordem. Nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da História se apresentou assim palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas Diretas Já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda, irrefreável. Um povo sempre acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública ofereceu o espetáculo de seu próprio talento para se organizar e manifestar com responsabilidade, energia e imaginação”.

Folha de São Paulo, 26 de abril de 1984

1. Quem são os maus parlamentares a que o texto se refere?
2. Por que você acha que o povo brasileiro sempre foi acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública?
3. Por que o voto é tão importante?

 Abulia: doença que provoca a diminuição da vontade.

